



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS RELACIONADAS ÀS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO EM TESES E DISSERTAÇÕES

POLÍTICAS EDUCATIVAS BRASILEIRAS RELACIONADAS CON LA TECNOLOGÍA EN EDUCACIÓN EN TESIS Y DISERTACIONES

EDUCATION POLICIES RELATED TO BRAZILIAN TECHNOLOGY IN EDUCATION IN PhD THESES AND MPhil DISSERTATIONS

Maria Ivete Basniak
Universidade Federal do Paraná - Brasil
E-mail: basniak2000@yahoo.com.br

Maria Tereza Carneiro Soares
Universidade Federal do Paraná - Brasil
E-mail: mariteufpr@gmail.com

Eixo temático 2: Debates, enfoques e perspectivas epistemológicas da Política
Educativa

Resumo: O presente trabalho foi motivado pela necessidade de discutir a fim de compreender a que se referem às políticas educacionais de tecnologias na educação básica atualmente. Parte-se da hipótese de que são traduzidas por programas que tem como foco a implantação de recursos materiais, mais especificamente os informáticos e a capacitação instrumental dos professores para o uso desses materiais. A própria história das tecnologias na educação normalmente se encontra relacionada ao desenvolvimento e discussões em relação à informática na educação. Na revisão de literatura realizada, os trabalhos de teses e dissertações observados referem-se quase na totalidade ao Programa Nacional de Tecnologias na Educação (ProInfo) e outros programas vinculados, como a TV Escola, Portal do Professor, ProInfo Integrado. As políticas educacionais relacionadas à Tecnologia da Informação e da Comunicação têm sido traduzida em programas de ações públicas que tem normalmente a finalidade de inserir equipamentos nas escolas e instrumentalizar os professores em seu uso, considerando que dessa forma se melhorará a qualidade da educação. Como resultado desse levantamento de trabalhos acadêmicos, pode-se afirmar que a tecnologia nas políticas educacionais não tem considerado que um dos primeiros passos para superar a dominação tecnológica dos países desenvolvidos está em estabelecer políticas educacionais que superem os objetivos desses programas e permitam estratégias educacionais que possibilitem o próprio desenvolvimento tecnológico.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Tecnologias. Produção Científica.

Resumen: Este trabajo fue motivado por la necesidad de discutir el fin de entender a que se refieren a las políticas educativas de las tecnologías en la educación básica en



la actualidad. Se parte de las hipótesis que se traducen en programas que se centran en la implementación de recursos materiales, específicamente computadoras y capacitación instrumental de los profesores para utilizar esos materiales.

La propia historia de las tecnologías en la educación normalmente se encuentra relacionada con el desarrollo y las discusiones sobre las computadoras en la educación. En la revisión de la literatura realizada, los trabajos de tesis y disertaciones observadas se refieren casi exclusivamente al Programa Nacional para la Tecnología en la Educación (ProInfo) y otros programas vinculados, como la TV Escuela, Portal del Profesor, ProInfo integrado. Las políticas educativas relacionadas a la Tecnología de la información y la comunicación se han traducido en programas de acciones públicas que tienen normalmente la finalidad de insertar equipamientos en las escuelas y equipar a los docentes en su uso, considerando que de esta manera se mejorará la calidad de la educación. Como resultado de este relevamiento de trabajos académicos, se puede afirmar que la tecnología en las políticas educativas no han considerado que uno de los primeros pasos para superar la dominación tecnológica de los países desarrollados consiste en establecer políticas educativas que vaya más allá de los objetivos de estos programas y permitan estrategias educacionales que posibiliten el propio desarrollo tecnológico.

Palabras clave: Políticas Educativas. Tecnologías. Producción Científica.

Abstract: This work was motivated by the need to discuss in order to understand which refer to the educational policies of technologies currently in basic education. Part of the hypotheses that are translated by programs that focus on the deployment of material resources, specifically computer and instrumental training of teachers to use these materials. The history of technology in education is usually related to the development and discussions regarding computers in education. In the literature review, the work of theses and dissertations observed relate almost entirely to the National Programme for Technology in Education (ProInfo) and other related programs, such as TV School, Teacher Portal, Integrated ProInfo. Educational policies related to Information and Communication Technology have been translated into public actions that normally aims to put equipment in schools and equip teachers in their use, whereas this way it will improve the quality of education programs. As a result of this survey of academic papers, may be stated that the technology in educational policies have not considered that one of the first steps to overcome the technological domination of developed countries is to establish educational policies which go beyond the objectives of these programs and strategies that allow for educational enable their own technological development.

Keywords: Educational Policies. Technologies. Scientific Production.

Introdução

Muito se tem ouvido falar atualmente sobre tecnologias na educação e a necessidade das políticas educacionais englobarem as tecnologias em sua agenda. Entretanto, visto que o conceito de tecnologia pode assumir diferentes sentidos, é em muitos casos “coisificado” sendo associado ao objeto em si e



não ao processo, e como apontado por Bueno (1999) ao responsável por seu desenvolvimento, o ser humano.

Sendo as tecnologias produções humanas (VIEIRA-PINTO, 2005) e, estando assim presentes durante todo o processo de desenvolvimento da humanidade, ao investigar a relação entre tecnologia e educação encontram-se contradições, pois parece que as tecnologias no ambiente escolar estão normalmente associadas à informática e a inserção de recursos computacionais nas escolas. Os históricos sobre as tecnologias na educação apresentam dados que mostram que as discussões em relação às tecnologias na educação são muito recentes, iniciadas após o desenvolvimento industrial e informático. Isso é evidenciado pela realização apenas em 1971, menos de meio século atrás, da Primeira Conferência Nacional de Tecnologia em Educação Aplicada ao Ensino Superior (I CONTECE), no Rio de Janeiro, promovida pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Ou seja, parece que antes de termos computadores não tínhamos tecnologias presentes na escola. Isso é observado ao realizar-se uma pesquisa sobre o histórico das tecnologias na educação em que os trabalhos realizados normalmente estão relacionados à implantação e uso de recursos computacionais nas escolas. Assim, apresenta-se inicialmente uma discussão histórica sobre as políticas educacionais e as tecnologias na educação desde que se iniciaram as discussões sobre a informática nas escolas, tomando como referência o trabalho de Moraes (1997) e Moraes (2000). Posteriormente, buscou-se através de levantamento bibliográfico de teses e dissertações publicadas durante a implantação do Programa Nacional de Tecnologias na Educação (1996 até 2013) compreender como tais publicações tem tratado a questão das tecnologias nas políticas educacionais, ou seja, como as tecnologias têm sido entendidas nas pesquisas que as relacionam às políticas educacionais?

Um retrospecto histórico político das tecnologias na educação

Para Moraes (2000, p.2) a orientação política da informática na educação brasileira deu-se via "Projeto Brasil Grande Potência", do Regime



Militar pós-1964, uma vez que após todo o desenvolvimento armamentista da II Guerra Mundial as novas tecnologias passaram a se configurar como uma das mais importantes formas de acumulação de capital, domínio mundial e, portanto, de garantia de poder. Segundo a autora, as “tecnologias relacionadas à informática tiveram a sua gênese e desenvolvimento influenciados pela ideologia da Guerra Fria” (MORAES, 2000, p.2).

O Brasil, na década de sessenta, não tinha uma indústria própria de computadores, sendo que quem detinha o controle tecnológico era a IBM. Além disso, de acordo com Moraes (2000), alguns fatores contribuíram para a “máquina estatal” fornecer aos pesquisadores das universidades “um alicerce para a promoção de uma nova política”. Devido ao mercado norte-americano, em fase de crescimento acelerado, não ter interesse no mercado brasileiro, iniciou-se aqui no Brasil o desenvolvimento de uma pequena parte do hardware para atender essa demanda nacional, adquirindo-se assim “uma consciência das desvantagens da dependência de fornecedores”. Porém, o fator político decisivo para que o Estado interviesse no setor foi a necessidade de modernização do equipamento militar brasileiro. (EVANS; GITAHY, 1989, *apud* MORAES, 2000).

Portanto, o Estado brasileiro passou a atuar na informática "quando a Diretoria de Comunicações da Marinha - DCM elaborou um projeto de protótipo de computador no país que pudesse substituir os equipamentos estrangeiros no controle bélico das embarcações que a Marinha desejava adquirir" (MEC/FUNTEVE, 1985, p. 4, *apud* MORAES, 2000, p.3).

Mas observa-se que isso ocorreu primeiramente na educação superior, nas universidades tidas como os locais de desenvolvimento de pesquisas. Na educação básica tais discussões demoraram ainda mais a acontecer, pois apenas em 1979 foram elaboradas as primeiras diretrizes ministeriais para o uso de tecnologias educacionais, estabelecidas no III Plano Setorial de Educação e Cultura (III PSEC), referente ao período de 1980/1985, as quais enfatizavam as possibilidades do uso das tecnologias educacionais e dos sistemas de computação para colaborar na melhoria da qualidade do processo educacional, corroborando a importância da atualização de conhecimentos



técnico-científicos. Entretanto, já nessa época observa-se que a questão das tecnologias aparece relacionada ao uso de computadores que são creditados como uma possibilidade de melhorar a qualidade da educação.

Em dezembro de 1981, o documento "Subsídios para a Implantação do Programa Nacional de Informática na Educação" foi divulgado, sendo assim anunciada pela equipe intersetorial a primeira proposta para um futuro sistema de informática na educação brasileira. O documento sugeria que as iniciativas nacionais não deveriam mais centrar-se diretamente nas secretarias de educação, mas sim nas universidades, para que primeiro os conhecimentos técnico-científicos fossem construídos para depois poderem ser discutidos com a comunidade nacional. Primava-se por um sistema de ensino que pudesse se adequar às necessidades e realidades regionais, atendendo às situações específicas, aumentando a efetividade na aprendizagem a partir de uma programação que permitisse a interação do usuário de maneira que seus interesses fossem atendidos, o que elevaria a motivação em aprender e contribuiria para a inovação metodológica do ensino. Desde então se propunha a formação de recursos humanos de alto nível.

Em agosto de 1982 aconteceu o II Seminário Nacional de Informática na Educação, na Universidade Federal da Bahia, promovido pelo MEC, SEI e CNPq, a fim de "coletar novos subsídios para a criação dos projetos-piloto, a partir de reflexões dos especialistas das áreas de educação, psicologia, informática e sociologia" (MORAES, 1997, p. 23). Esse seminário gerou novas e importantes recomendações políticas de Informática na Educação, entre as quais a de que o computador deveria ser um meio para a aprendizagem e nunca um fim; ou seja, o computador, já nessa época, passou a ser visto como um meio para que o professor pudesse atingir seus objetivos, favorecendo a aprendizagem do aluno. Outra recomendação era a de que "suas aplicações não deveriam se restringir ao 2º grau, de acordo com a proposta inicial do Governo Federal, mas que procurassem atender a outros graus e modalidades de ensino" (MORAES, 1997, p. 23).

Note-se que essa recomendação atualmente ainda não foi incorporada, uma vez que o atual projeto de distribuição de *tablets* aos professores foi



realizado primeiramente apenas dos professores que lecionam no Ensino Médio.

Esses seminários deram origem ao EDUCOM, projeto que pretendia

imprimir uma filosofia diferente ao uso do computador na educação, nas áreas de Matemática, Física, Química, Biologia e Letras (Língua Portuguesa). Segundo esta filosofia o computador é fundamentalmente uma ferramenta para a aprendizagem, não uma máquina de ensinar (CHAVES *et al.*, 1983, p.1).

Nessa conjuntura, o III PSEC colocou as tecnologias aplicadas à educação como uma importante questão técnica, desencadeando questões para melhorar a qualidade dos serviços prestados a clientelas específicas, e também atingindo o “necessário privilegiamento de camadas mais carentes da população”. Em seus anais ficou explícito que “as tecnologias somente serão efetivas se aplicadas de modo que contribuam para o aperfeiçoamento das diversas formas de se realizar a educação, atendendo a todos, em todos os momentos” (BRASIL, 1982, p. 25).

Ainda em novembro de 1982, foi criado o Centro de Informática do MEC (CENIFOR), que foi encarregado da implementação, coordenação e supervisão técnica do Projeto EDUCOM.

Em 1983 o MEC lançou as Diretrizes para o estabelecimento da Política de Informática no Setor de Educação, Cultura e Desporto. Essas diretrizes assumiram duas dimensões: a formação de recursos humanos, a pesquisa e o desenvolvimento socioeconômico; e o preparo da sociedade para uma mudança cultural, na qual se estabeleceram quatro campos de atuação.

O MEC passou a liderar o processo de informatização da educação brasileira, sob a argumentação de que:

[...] informática na educação tratava de questões de natureza pedagógica relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, envolvendo escolas públicas brasileiras e universidades, na busca de subsídios para uma futura política para o setor educacional. (MORAES, 1997, p.25).

No entanto, o andamento do projeto EDUCOM foi descontinuado, pois, embora em 3 de outubro de 1984 tenham sido firmados os primeiros convênios



entre a FUNTEVÊ/MEC e as universidades selecionadas para o início das atividades de implantação dos centros-piloto. (MORAES, 1997). Alegando o seu desinteresse na pesquisa e descumprindo o acordo de sustentação financeira por parte do MEC, colocou os centros-piloto do Projeto EDUCOM situados nas universidades em situação insustentável, dando início a um processo de disputa interna por órgãos interessados em assumir a coordenação do setor.

O fato novo, em maio de 1987, foi a Secretaria de Informática do MEC assumir as ações de informática na educação e a coordenação e supervisão técnica do Projeto EDUCOM, transferindo, em julho daquele ano, recursos para as entidades universitárias gestoras dos centros-piloto, para que implementassem o Projeto FORMAR, um curso de especialização com 360h.

Em novembro de 1987, realizou-se em Florianópolis a Jornada de Trabalho de Informática na Educação, que contou com a participação de profissionais envolvidos com a pesquisa e produção na área, bem como com profissionais de escolas e empresas que atuavam no setor. Do encontro resultou um documento com recomendações para formulação da política trienal para o setor, posteriormente submetida à aprovação do Comitê-Assessor do MEC.

Naquele mesmo novembro, teve início a proposta de implantação dos CIEd, Centros de Informática Educativa, compromisso firmado pelos professores capacitados pelo FORMAR II.

Nos anos de 1988 e 1989, dezessete CIEd foram implantados em diferentes estados da Federação.

Segundo Moraes (1997), ao final de 1988, a Organização dos Estados Americanos (OEA), através de seu Departamento de Assuntos Educativos, convidou o Ministério da Educação a apresentar um projeto de cooperação multinacional envolvendo outros países latino-americanos. Dessa forma, deu-se início à cooperação técnica internacional com o México, o Projeto COEEBA, para avaliar o projeto de informática educativa na área de educação básica.



Em outubro de 1989, foi instituído o Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE) na Secretaria-Geral do MEC, através da Portaria Ministerial nº 549/GM. O PRONINFE teve como objetivos:

- a) Apoiar o desenvolvimento e a utilização das tecnologias de Informática no ensino fundamental, médio e superior e na educação especial;
- b) fomentar o desenvolvimento de infra-estrutura de suporte junto aos sistemas de ensino do País;
- c) estimular e disseminar resultados de estudos e pesquisas de aplicações da informática no processo de ensino-aprendizagem junto aos sistemas de ensino, contribuindo para melhoria da sua qualidade, a democratização de oportunidades e conseqüentes transformações sociais, políticas e culturais da sociedade brasileira;
- d) promover a capacitação de recursos humanos na área;
- e) acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o uso do computador nos processos educacionais;
- f) consolidar a posição alcançada pelo País no uso da tecnologia de informática educativa, assegurando-lhe os recursos indispensáveis. (BRASIL, 1994, p. 11).

O PRONINFE foi integrado ao Plano Nacional de Informática e Automação, do Ministério de Ciência e Tecnologia (PLANIN), em setembro do mesmo ano. Apoiado em referências constitucionais, referentes às áreas de educação, ciência e tecnologia, visava apoiar o desenvolvimento e a utilização da informática nos três graus de ensino e na educação especial, estimulando a criação de centros distribuídos pelo país, através dos quais passou a funcionar. Tinha também como foco a pesquisa sobre a utilização da informática na educação, aproveitando a interatividade e a interconectividade que o computador possibilitava, produzindo, adquirindo, adaptando e avaliando softwares educativos. Pretendia ainda facilitar a aquisição de equipamentos computacionais pelos sistemas de educação pública, implantar a rede pública de comunicação de dados, e incentivar cursos de pós-graduação na área.

Em março de 1990 foi aprovado o Regimento Interno do PRONINFE, e em junho ocorreram a reestruturação ministerial e a transferência do PRONINFE para a SENETE/MEC.

Acreditava-se que a política de informática na educação deveria também estar em consonância com os objetivos e diretrizes da política educacional da área de ciência e tecnologia, como subsistemas interligados e interdependentes. A inclusão das ações



do PRONINFE foi importante para viabilização de financiamentos de diferentes tipos de bolsas de estudos e outros benefícios decorrentes. (MORAES, 1997, p. 30).

Em seu documento referencial, o PRONINFE estabelece como ações prioritárias, em síntese:

- / capacitação de professores e técnicos dos diversos sistemas de ensino do País;
- / desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada;
- / implantação de centros de informática educativa;
- / desenvolvimento, aquisição, adaptação e difusão de programas educativos computacionais e ferramentas de suporte;
- / aquisição de equipamentos;
- / implantação de rede pública de comunicação de dados;
- / pós-graduação e intercâmbio;
- / avaliação do Programa, em todos os seus componentes (BRASIL, 1994, p. 36-37).

Em agosto de 1990, o Ministério da Educação aprovou o 1º Plano de Ação Integrada (PLANINFE), para o período de 1991 a 1993. O PLANINFE, assim como o PRONINFE, destacava a necessidade de um forte programa de formação de professores, envolvendo universidades, secretarias, escolas técnicas e empresas como o SENAI e o SENAC.

Entre os resultados do PRONINFE no período de 1980 a 1995 podem-se citar: a implantação de 44 centros de informática na educação, a maioria interligada na Internet; de 400 subcentros, a maioria por iniciativas de governos estaduais e municipais; de 400 laboratórios de informática educativa em escolas públicas, financiados por governos estaduais e municipais.

Em 9 de abril de 1997 foi criado o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), pela Portaria nº 522/MEC, que em seu primeiro artigo dispõe sobre sua finalidade: “disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal”. O programa foi vinculado à Secretaria de Educação a Distância (SEED), do MEC, em articulação com as secretarias de educação do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios. Implantou, até o final de 1998, 119 Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) em 27 Estados e no Distrito Federal; e capacitou, por intermédio de cursos de



especialização em Informática em Educação (360 horas), cerca de 1420 multiplicadores para atuarem nos NTE.

A partir de 2007, o ProInfo passou a ser denominado Programa Nacional de Tecnologia Educacional, sendo declarado um programa educacional que busca promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. Nessa perspectiva, prevê a implantação de equipamentos tecnológicos nas escolas, sendo o Ministério da Educação responsável por:

- I - implantar ambientes tecnológicos equipados com computadores e recursos digitais nas escolas beneficiadas;
- II - promover, em parceria com os Estados, Distrito Federal e Municípios, programa de capacitação para os agentes educacionais envolvidos e de conexão dos ambientes tecnológicos à rede mundial de computadores; e
- III - disponibilizar conteúdos educacionais, soluções e sistemas de informações (BRASIL, 2007, p.1).

Então, embora a denominação do Programa tenha se ampliado, continua tratando de questões ligadas a informática na educação e às questões relacionadas a implantação de recursos e formação de professores, mas não são ampliadas as discussões quanto às tecnologias ligadas ao processo educacional, reduzindo o potencial que a conexão entre tecnologias e educação pode assumir.

Pois ao considerar que tecnologia e educação possuem uma relação intrínseca, por serem processos, e assim estarem em constante mutação, a ampliação de uma interfere direta e indiretamente no desenvolvimento da outra. Significando a tecnologia não apenas objetos, mas processo pelo qual a técnica aplicada às mais diversas ciências possibilita o homem rever, replanejar, reorganizar a forma como se relaciona com o meio e com os demais seres vivos, estabelecendo novas conexões entre o passado e o presente, e assim, avançando em seus ideais. De acordo com Marques a, tecnologia:

[...] inclui não apenas produtos, tais como equipamentos computacionais, programas televisivos, *softwares*, mas, também, processos, tais como, no caso da área da educação, as formas de organização curricular no ensino modular ou no ensino à distância (MARQUES, 2009, p 26).



Dessa forma, entendendo a educação como processo de apropriação cultural, esta não pode ser desvinculada da interferência que a tecnologia exerce na sociedade.

Entretanto, ao assim como as tecnologias são “coisificadas” em objetos, levanta-se a hipótese de que as “políticas de tecnologias na educação” são traduzidas por Programas de inserção de recursos tecnológicos (principalmente informáticos) e pela formação instrumental dos professores para uso desses recursos tecnológicos, sem modificar estruturalmente a dinâmica do ambiente escolar.

O que as dissertações e teses publicadas revelam em relação às políticas educacionais e às tecnologias na educação?

Realizou-se levantamento dos trabalhos publicados na biblioteca brasileira de teses e dissertações com as palavras chave: “tecnologia, educação, política”; A pesquisa retornou inúmeros trabalhos, muitos dos quais foram descartados pela temática estar relacionada a estudos realizados especificamente com o ensino superior ou envolvendo Institutos Tecnológicos Federais (ITF) ou Universidades Tecnológicas Federais (UTF), que por conterem a palavra “tecnológico” respondiam à pesquisa, mas cujos temas não apresentavam relação com o objetivo da presente investigação: verificar como tem se entendido as políticas públicas educacionais relacionadas às tecnologias na educação. Restringiram-se ainda as pesquisas realizadas entre os anos de 1996 (um ano antes da implantação do Programa Nacional de Tecnologias na Educação, quando se verificou que as pesquisas nessa área se intensificaram) e 2013. Dessa forma observaram-se sessenta trabalhos, dos quais foi verificada a temática a partir de minimamente leitura de seus resumos, sendo apresentados no Quadro 1.

**Quadro 1 - Teses e dissertações que discutem tecnologias, políticas e educação publicadas entre 1996 e 2014**

	Autor (ano)	Tema e/ou objetivos
1	Albuquerque (1999)	Políticas públicas de informática aplicada à educação - CIEs.
2	Straub (2002)	Inserção do Prolnfo (Escola Estadual Nilza de Oliveira Pipino - Sinop/MT)
3	Barros (2001)	Processo de implantação e desenvolvimento do Prolnfo (escolas municipais e estaduais do ensino fundamental e médio de Goiás - Anápolis e Jataí).
4	Carbonari (2001)	Implantação do Prolnfo (escolas públicas de Ijuí/RS).
5	Gomes (2001)	Apropriação dos recursos informatizados (escolas públicas e particulares de Florianópolis).
6	Cotrim (2002)	Implantação do Prolnfo (três escolas da rede pública de Silvânia/Goiás)
7	Lima, E. L. (2002)	Apropriação da informática como recurso pedagógico (escolas públicas estaduais de São Paulo)
8	Garcia (2002)	Compreender as relações existentes entre a tecnologia educacional e a prática pedagógica dos professores de ensino médio (rede pública estadual de Curitiba).
9	Lima, M. F. (2002)	Ações do Estado que garantam o acesso, a universalização e a democratização da Internet na educação pública no Brasil.
10	Sarti (2002)	Prolnfo como expressão oficial do governo brasileiro frente as exigências de informatização do ensino.
11	Liberal (2003)	Identificação e discussão das relações entre os principais indicadores utilizados nas análises sobre C&T do Paraná.
12	Medrano (2003)	Impacto do Prolnfo (escolas estaduais do ensino médio em São Carlos).
13	Silva (2003)	Uso dos computadores em sala de aula (Rio Grande do Norte).
14	Tono (2003)	Práticas das políticas públicas do Governo Federal e Estadual, exercidas pelo MEC e pela SEED/PR, que promovem a inserção de ferramentas computadorizadas na escola, e as percepções dos professores (colégios públicos da cidade de Curitiba e de municípios pertencentes às Regiões Metropolitanas Norte e Sul)
15	Monteiro (2005)	Avaliação do Prolnfo (município de Araraquara).
16	Prata (2005)	Gestão da implantação do Prolnfo como uma política voltada para a democratização do acesso às TIC (escolas públicas no Espírito Santo).
17	Farias (2006)	Racionalidade(s) das novas tecnologias na educação brasileira a partir da Análise do Discurso como dispositivo metodológico.
18	Menezes (2008)	Papel das TICs, mais especificamente do Ambiente Pedagógico Colaborativo do Portal Dia-a-dia Educação – nos processos de formação continuada dos professores da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná.
19	Machado (2010)	Ações e políticas educacionais envolvendo as tecnologias educacionais no estado do Paraná.
20	Freitas (2011)	Compreender como o Portal do Professor propõe a organização de uma aula, e como as aulas de Biologia publicadas no Espaço da Aula atendem a essa organização.
21	Castro (2011)	Prolnfo - leituras da política feitas pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.
22	Oliveira (2011)	Avaliar o PROINFO (Fortaleza) verificando em que medida leva a inclusão sócio-digital.



23	Paiva (2011)	Relações entre os atuais programas sociais de inclusão digital com a reforma educacional, iniciada nos anos finais do século XX no Brasil.
24	Nunes (2012)	Interpretar a criação, a consolidação e as ações da DITE na difusão e inserção das tecnologias na educação (escolas públicas do Estado de Sergipe - 1994 a 2007).
25	Schneider (2012)	Iniciativa do governo federal que pretende garantir a qualidade do ensino brasileiro, através da igualdade de oportunidades e de acesso ao conhecimento por meio do UCA (Tiradentes-MG).
26	Straub (2012)	Análise do discurso governamental sobre as TICs na educação pública pelo programa ProInfo (1997 e 2007) e Telecomunidade: mais comunicação para todos (2001) (norte do Estado de Mato Grosso).
27	Cunha (2013)	Políticas adotadas pelo Estado de São Paulo para modernizar a educação via tecnologias digitais, representadas por quatro campos sociais: poder público, empresas, mídias e universidades.
28	Guedes (2013)	Como os professores selecionam objetos educacionais digitais em contextos educacionais no âmbito do projeto UCA (Fortaleza).
29	Medeiros (2013)	Descrever e analisar as políticas públicas de inclusão digital (rede pública municipal de ensino de Uberlândia).
30	Zilio (2013)	Relações entre as concepções de educação de professores da Rede Pública Estadual de Porto Alegre e a opção pelo Software Livre, ou proprietários nas práticas pedagógicas.
PROUCA		
1	Marques (2009)	Formação dos professores no Projeto Um Computador por Aluno.
2	Xavier (2011)	PROUCA a partir dos contextos do ensino de Geografia, em especial da vivência dos professores de Geografia participantes dos experimentos-pilotos.
NTE/PROINFO		
1	Maranhão (2001)	Curso de capacitação oferecido pelo ProInfo (professores do Liceu Piauiense).
2	Queiroz (2002)	Formações do ProInfo (NTE - SEDUC/Belém)
3	Vieira (2002)	ProInfo - confrontando documento oficial e as vozes dos professores multiplicadores e as professores capacitados.
4	Galdino (2004)	Formação pedagógica dos multiplicadores (NTE de Pernambuco).
5	Lima (2004)	Visão dos professores formadores do ProInfo (Rio Grande do Norte).
6	Salazar (2005)	Capacitações realizadas para o ProInfo (Santa Catarina, no período 2002-2004)
7	Bergman (2006)	Cursos de formação para professores que atuavam como mediadores nos laboratórios de informática (escolas públicas estaduais do Estado Espírito Santo, e que integram o PROINFO e o GESAC).
8	Lima (2006)	Estratégias de formação de professores para a introdução das tecnologias digitais como ferramentas de apoio ao processo ensino-aprendizagem adotadas pelo ProInfo.
9	Passos (2006)	Formação de professores no uso de TIC e Educação analisando o papel atribuído aos Núcleos de Tecnologia Educacional dentro das políticas públicas de TIC (Salvador – Bahia)
10	Barra (2007)	Relação professor/informática, a partir das políticas de formação de professores no contexto das TIC desenvolvidas pelo ProInfo-cursos oferecidos pelo NTE municipal (Goiânia)
11	Ruaro (2007)	Postura docente quanto á utilização e exploração das tecnologias como ferramenta didática capaz de fomentar prazer e estímulo à pesquisa.
12	Cantini (2008)	Políticas públicas e formação de professores na área de tecnologia de informação e comunicação (TIC) nas escolas públicas do Paraná. (1997 a 2002 com destaque ao PROINFO e PROEM, e de 2003 a



		2007, com o projeto BRA03/036).
13	Esteves Neto (2008)	Formação de professores proposta pelo ProInfo e seus Núcleos de Tecnologia Educacional (Mato Grosso).
14	Santos (2009)	Formação de professores e ações referentes ao uso interativo da Televisão Digital no contexto educacional (Estado do Paraná).
15	Schnell (2009)	Formações de professores no NTE do Estado de Santa Catarina.
16	Lobato (2010)	Formação de professores (NTE do Amapá)
17	Barroso (2011)	Gestão das Tecnologias da Informação e Comunicação através dos NTE de Aracaju e Lagarto (Sergipe).
18	Jesus (2011)	Programa de Formação Continuada "Mídias na Educação".
TV Escola		
1	Leite (2000)	Programa de formação continuada de professores através da TV Escola (escolas públicas estaduais de Anápolis).
2	Lins (2000)	TV Escola
3	Siqueira (2000)	Programa "Um salto para o futuro" e suas conexões com os processos de formação continuada docente.
4	Castro (2001)	Programa "Um Salto para o Futuro" (Secretaria de Educação Cultura e Desporto do Rio Grande do Norte).
5	Carrenho (2002)	TV Escola (escolas de ensino fundamental e médio de Araçatuba).
6	Vinholi (2002)	Relações entre a utilização dos equipamentos tecnológicos instalados pelo Programa TV Escola e a melhoria do ensino-aprendizagem e da formação continuada dos professores (scola municipal de Campo Grande/MS).
7	Perosa (2003)	TV na Escola e os Desafios de Hoje, veiculado pelo Salto para o Futuro.
8	Couto (2005)	Experiências e condições da TV na Escola e os Desafios de Hoje
9	Rocha (2005)	TV Escola como introdução de tecnologias na escola.
10	Gomes (2007)	Formação de professores via TV na Escola e Os Desafios de Hoje
11	Rett (2008)	Curso TV na Escola e os Desafios de hoje.
12	Schneider (2011)	Potencial do Programa TV Escola, sua trajetória e perspectivas educacionais e culturais vislumbradas com as possibilidades da futura TV digital, no ambiente escolar.

Fonte: A Autora, 2014.

Verificou-se que dos trabalhos coletados dezoito estudam a formação de professores ligadas ao Programa ProInfo, cujas capacitações são ofertadas pelos Núcleos de Tecnologia na Educação, os quais estão diretamente relacionados ao Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado): programa de formação voltada para o uso didático-pedagógico das tecnologias da informação e comunicação no cotidiano escolar. Está articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais, todos ligados ao ProInfo. Podem participar professores e gestores das escolas públicas contempladas ou



não com laboratórios de informática pelo ProInfo, técnicos e outros agentes educacionais dos sistemas de ensino responsáveis pelas escolas. Dos demais, doze trabalhos, referem-se a estudos diretamente ligados à TV Escola.

Outros onze trabalhos analisaram diferentes aspectos do ProInfo em distintos estados e municípios brasileiros.

Três pesquisas trataram do programa Um Computador por Aluno. O UCA, ou PROUCA, como ficou conhecido o programa que buscou atender as recomendações do documento “Educação de qualidade para todos: uma questão de direitos humanos” da UNESCO (2008). Pois traz as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), como uma das questões necessárias para se “avançar a partir de enfoques homogêneos e padronizados rumo a políticas educacionais integrais que consideram a diversidade com coesão social” (p. 107). Destaca que para se garantir a diversidade cultural e linguística é preciso, entre outros fatores, ampliar o acesso dos mestres às TICs (UNESCO, 2008, p. 108), sendo uma das ações a serem desenvolvidas em relação às políticas destinadas a garantir a inclusão “um laptop por aluno como recurso educativo para o aprendizado e a equidade” (*Id. Ibidem*, p. 111).

Portanto, no Brasil, essa ação foi traduzida pelo Programa Um Computador por Aluno (UCA), que não trouxe os resultados esperados, de acordo com as análises dos trabalhos de Xavier (2011), que apontam que embora o PROUCA tenha sido um dos mais audaciosos projeto de informatização da educação básica brasileira, seus impactos destacam-se mais pela movimentação econômica no setor e aparelhamento tecnológico relativo das escolas, do que a ocorrência de mudanças do paradigma educacional. Para o autor, o PROUCA, se enquadra no contexto das demais políticas educacionais de informatização, ainda sem representações significativas de mudanças abrangentes de práticas pedagógicas, pela estrutura educacional brasileira e própria situação de materialização da política nos ambientes escolares.

Os dezesseis trabalhos restantes tratam de diferentes temas que podem ser observados no quadro 1, entre os quais está a questão da inserção dos



recursos tecnológicos (ação também vinculada ao ProInfo) como forma de melhorar a qualidade do ensino.

Portanto, as pesquisas aqui elencadas em geral apontam que as políticas brasileiras de tecnologias educacionais tem se consolidado mediante programas de inserção de recursos informáticos nas escolas e de capacitação dos professores para uso desses recursos.

Considerações Finais

O desenvolvimento da informática atualmente associada ao acesso a internet, trouxe consequências a todos os cidadãos, tanto aos que tem o controle do desenvolvimento e/ou desenvolvem esses recursos, quanto aos que os produzem, e ainda aos que tem acesso ou não aos mesmos. Sabe-se que o primeiro grupo é uma parcela muito pequena da população, estando entre aqueles que detém grande poder frente a sociedade, pois dominam os meios de produção e o desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, esse desenvolvimento da informática ocasionou na maioria da população um encantamento e endeusamento tão grande ao produto, que levou a coisificação da tecnologia. Que sendo obra de poucos homens, muitas vezes são tidos como produções divinas e não humanas. O que traz outras consequências, entre as quais a de que a leva ao esquecimento de que ter acesso a esses recursos não significa exatamente estar inserido tecnologicamente, mas sim ser consumidor dos recursos tecnológicos produzidos. Nesse sentido, Vieira-Pinto (2005) destaca a importância das nações subdesenvolvidas compreenderem sua posição frente ao desenvolvimento tecnológico apenas como consumidores e no máximo produtores de tecnologias já obsoletas, e a partir disso traçar estratégias para desvencilhar-se do controle tecnológico.

Tanto o retrospecto histórico em relação às discussões sobre a tecnologias na educação, quanto as teses e dissertações publicadas nos últimos dezoito anos, mostram que as políticas educacionais de tecnologias na educação básica estão associadas a programas de inserção de computadores



e/ou outros equipamentos nas escolas e a instrumentalização dos professores em seu uso. Porém, considera-se que um dos primeiros passos para superar a dominação tecnológica dos países desenvolvidos está em estabelecer políticas educacionais que superem os objetivos desses programas e permitam estratégias educacionais que possibilitem o próprio desenvolvimento tecnológico.

Referências

ALBUQUERQUE, R. L. de. **Políticas públicas de informática aplicada à educação**: a criação e extinção dos centros de informática na educação. 1999. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1999.

BARRA, A. S. B. **O ProInfo e a formação de professores em Goiânia**. 2007, 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BARROS, F. G. R. **O programa nacional de informática na educação no Estado de Goiás e suas implicações na educação escolar**. 2001, 198f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

BARROSO, R. de C. A. **ProInfo em Sergipe e a política estadual de inserção das TIC na educação**: um olhar a partir da gestão e formação de professores nos NTE de Lagarto e Aracaju. 2011, 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Tiradentes, Sergipe 2011.

BERGMAN, H. M. B. **Escola e inclusão digital**: desafios na formação de redes de saberes e fazeres. 2006, 362f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. Banco de Dados, 2013. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Programa Nacional de informática educativa/MEC/SEMTEC**. Brasília: PRONINFE, 1994.

BRASIL. **III Plano Setorial de Cultura, Educação e Desporto. 1980/1985**. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Brasília, MEC/CCS, 2 ed. 1982. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001497.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2012.



BRASIL. **Informática Aplicada à Educação. Técnico em Multimeios Didáticos.** Brasília, DF: MEC, 2007.

BUENO, N. L. **O Desafio da Formação do Educador para o Ensino Fundamental no Contexto da Educação Tecnológica.** 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 1999.

CANTINI, M. C. **Políticas Públicas e Formação de Professores na Área de Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC na Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná.** 2008, 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

CARBONARI, G. **O programa nacional de informática na educação nas escolas públicas de Ijuí/RS.** 2001, 189f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2001.

CARRENHO, A. R. H. **Políticas públicas de formação e capacitação de professores: profecias e miragens no uso da TV Escola.** 2002, 221f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2002.

CASTRO, M. C e. **Enunciar democracia e realizar o mercado: políticas de tecnologia na educação até o Proinfo Integrado (1973-2007).** 2011, 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica Do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CASTRO, A. M. D. A. **Tecnologia e educação a Distância: o programa TV Escola como estratégia política de formação de professores.** 2001, 312f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

CHAVES, E. O. C. BARANAUSKAS, M. C. C. SILVA, H V. R. C., RIPPER, A. V. **Projeto EDUCOM - UNICAMP.** Campinas, 1983. Disponível em: <<http://www.chaves.com.br/TEXTSELF/EDTECH/educom.htm>>. Acesso em 13 dez. 2011.

COTRIM, E. C. **O Proinfo na escola - as contradições da modernidade: um estudo da implementação do programa no município de Silvânia-Goiás.** 2002, 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.

COUTO, M. E. S. **Aprendizagens da docência proporcionadas pelo curso 'TV na Escola e os Desafios de Hoje': um estudo com professores de Ilhéus e Itabuna/BA.** 2005, 250f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.



CUNHA, M. P. **A moderna socialização escolar:** um estudo sobre a construção da crença nas tecnologias digitais e seus efeitos para o campo da educação. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ESTEVES NETO, H. **ProInfo e seus desafios:** a política de informática educativa em Mato Grosso. 2008, 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

FARIAS, M. S. B. **Racionalidade capitalista e novas tecnologias na educação brasileira.** 2006, 292f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FREITAS, E. C. de. **Portal do Professor:** a organização das aulas de Biologia no espaço da aula. 2011, 162f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia 2011.

GALDINO, M. J. **Núcleo de Tecnologia Educacional:** uma análise da formação pedagógica dos(as) multiplicadores(as). 2004, 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

GARCIA, V. D. **A tecnologia educacional na prática pedagógica dos professores de ensino médio em escolas estaduais de Curitiba-PR.** 2002. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Curitiba, 2002.

GOMES, M. A. V. **Reflexos da formação continuada do curso TV na Escola e os Desafios de Hoje nas práticas pedagógicas dos professores.** 2007, 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, 2007.

GOMES, N. G. **Computadores na escola:** novas tecnologias versus inovações educacionais. 2001, 98f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

GUEDES, F. D. **Elaboração de aulas com suporte de objetos educacionais digitais:** estudo de caso realizado em uma escola participante do projeto Um computador por aluno (UCA) em Fortaleza – CE. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

JESUS, D. C. S. **O Programa Mídias na Educação:** relações de aproximação e distanciamento entre o trabalho docente e a mídia. 2011, 251f. Tese (Doutorado em Educação).: Universidade Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2011.

LEITE, R. R. **O Programa TV Escola e a formação continuada de professores nas escolas de Anápolis.** 2000, 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.



LIBERAL, C. G. **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação do Paraná: um ensaio matricial.** 2003, 97f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

LIMA, C. P. de. **A visão dos professores-formadores do Proinfo/RN sobre o uso dos recursos informáticos na educação.** 2004, 210f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

LIMA, E. L. de. **O Processo de Apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação pela Escola Pública de São Paulo - Um Estudo Sobre Inovação Tecnológica e Aprendizagem nas Organizações.** 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

LIMA, M. de F. M. **O fio de esperança: políticas públicas de educação e tecnologia da informação e comunicação.** 2002, 187f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

LIMA, T. M. B. de. **Políticas de formação docente e tecnologias digitais: o caso do Programa de Informatização das Escolas Públicas Brasileiras (ProInfo) no Estado do Ceará e Bahia (1998-2004).** 2006, 200f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Do Ceará, Fortaleza, 2006.

LINS, M. R. F. **TV Escola e educação à distância: a palavra, a imagem e o professor na era da informação.** 2000, 156f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

LOBATO, T. C. F. **ProInfo integrado à formação dos professores da rede pública de ensino do Amapá: construindo uma identidade.** 2010, 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MACHADO, A. C. B. **Tecnologia e Educação no Paraná: Desafios do Dia a Dia.** 2010, 165f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MARANHÃO, T. B. N. **O professor e a nova tecnologia da informação - o computador: experiência do ProInfo no Piauí.** 2001, 172f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MARQUES, A. C. C. **O Projeto Um Computador por Aluno – UCA: reações na escola, professores, alunos, institucional.** 2009, 85f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.



MEDEIROS, A. C. J. P. **Análise das políticas de inclusão digital da rede pública municipal de ensino de Uberlândia no período 1999-2012.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

MEDRANO, E. M. de O. **O Programa Nacional de Informática na Educação - PROINFO: avaliação do impacto nas escolas estaduais do Ensino Médio em São Carlos.** 2003, 189f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2003.

MENEZES, G. G. de. **Ambiente pedagógico colaborativo do Portal Dia-a-Dia Educação: análise do modelo didático-tecnológico.** 2008, 188f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

MONTEIRO, V. da S. **Informática e democratização do ensino: o uso de computadores na rede pública do município de Araraquara.** 2005, 132f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2005.

MORAES, Maria Cândida. Informática educativa no Brasil: uma história vivida, algumas lições aprendidas. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/rbie/1/1/003.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2011.

MORAES, R. de A. Informática, educação e história no Brasil. **Revista Conecta**, n. 3, novembro de 2000. Disponível em: <http://www.revistaconecta.com/conectados/rachel_historia.htm>. Acesso em: 24 dez. 2012.

NUNES, A. C. F. **Divisão de Tecnologia de Ensino e Sergipe (DITE): criação, consolidação e contribuição para o uso das tecnologias da informação e da comunicação nas escolas públicas sergipanas (1994-2007).** 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2012.

OLIVEIRA, H. Q. **Tecnologias de informação e comunicação na educação e inclusão sócio-digital: uma avaliação do Programa de Informática na Educação – PROINFO em Fortaleza.** 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

PAIVA, L. G. **O choque tecnológico na educação: entre a modernização do velho e o velho na modernização.** 2011, 317f. Tese. (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.



PASSOS, M. S. C. **Uma análise crítica sobre as políticas públicas de educação e tecnologias da informação e comunicação:** a concretização dos NTEs em Salvador - Bahia. 2006, 179f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006.

PEROSA, G. T. L. **Salto para o Futuro:** um olhar para a educação a distância, aprendizagem e interatividade. 2003, 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Rio Grande, 2003.

PRATA, C. L. **Gestão democrática e tecnologias de informática na educação pública:** o ProInfo no Espírito Santo. 2005, 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

QUEIROZ, I. C. G. de. **Avaliação do Projeto PROINFO através da sua estrutura operacional:** estudo de caso do NTE-SEDUC/Belém. 2002, 136f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Computação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

RETT, S. B. T. **Formação continuada de professores por meio da Educação a Distância (EAD):** influências do Curso TV na Escola e os Desafios de Hoje. 2008, 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008.

ROCHA, T. B. **O programa TV Escola no município de Irecê:** limites e possibilidades da educação à distância no interior do Brasil. 2005, 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

RUARO, L. M. **Educação para e com a Mídia - Análise da Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na Rede Pública de Educação:** Programa Paraná Digital. 2007, 101f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

SALAZAR, R. **O ProInfo em Santa Catarina:** uma análise sociotécnica das capacitações (2002-2004). 2005, 129f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SANTOS, E. **TV Digital Interativa:** contribuições ao programa de formação continuada de professores da rede pública estadual de educação básica no Paraná. 2009, 303f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2009.

SARTI, C. S. L. O. **A política nacional de informática na educação:** tentativa de compreensão da expressão do Estado. 2002, 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.



SCHNEIDER, N. H. **TV Escola na era digital: trajetória e perspectivas educacionais e culturais.** Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

SCHNEIDER, F. C. **Cidade um computador por aluno - UCA Total: uma totalidade inclusiva em discussão.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SCHNELL, R. F. **Formação de professores para o uso das tecnologias digitais: um estudo junto aos núcleos de tecnologia educacional do estado Santa Catarina.** 2009, 102f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, A. L. G. da. **Computadores na educação: o desafio da educação no RN.** 2003, 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SIQUEIRA, R. M. **O Programa "Um Salto Para O Futuro" e o discurso da formação continuada de professores.** 2000, 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

STRAUB, S. L. W. **O computador no interior da escola pública: avanços, desafios e perspectivas.** 2002, 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

STRAUB, S. L. W. **Política de informática na educação: o discurso governamental.** 2012. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2012.

TONO, C. C. P. **Computador na escola: as contradições emergentes das políticas públicas PROINFO e PROEM.** 2003, 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

UNESCO. **Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos.** 2 ed. Brasília: UNESCO, OREALC, 2008.

VIEIRA. P. M. T. **O ProInfo no Entrecruzamento de seus Diferentes Discursos: um Estudo Bakhtiniano.** 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2002.

VIEIRA PINTO, A. O conceito de tecnologia. **Contraponto**, Rio de Janeiro, v. 1, 2005.

VINHOLI, M. da G. G. **Utilização da TV Escola no cotidiano escolar: um estudo das possibilidades e das limitações de uma escola pública de Mato Grosso do Sul.** 2002. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

XAVIER, L. G. de S. **O “Programa Um Computador Por Aluno” – PROUCA e o ensino de Geografia.** 2011, 228f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ZÍLIO, C. **Educação pública e opção pelo software livre nas escolas estaduais de Porto Alegre:** um estudo sobre concepções de professores. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.